



EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

BRINCAR COMO DIREITO EM DISPUTA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS VOLTADAS À INFÂNCIA

Elisa Carneiro Santos de Almeida

UFBA

elisa.carneiro@gmail.com

Resumo

O presente trabalho deriva da tese de doutorado que discute os entrelaçamentos entre o brincar e os processos de constituição profissional docente na Educação Infantil e tem como objetivo analisar como o brincar foi (re)conhecido, incorporado e tensionado nos principais documentos que orientam as políticas públicas voltadas à Educação Infantil no Brasil, tendo como eixo a compreensão do brincar como direito da criança e como campo de disputa nos processos de formulação curricular e nas práticas pedagógicas. A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória e documental, utilizando, especificamente, para análise documentos. Realizada no ano de 2025, teve como ênfase a análise documental (Cellard, 2008; Lüdke; André, 1986), por permitir examinar criticamente os discursos e sentidos produzidos nos documentos oficiais, considerando os contextos políticos, históricos e sociais que os atravessam. Foram analisados quatro marcos normativos: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017) e a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância – PNPI (Brasil, 2024), todos fundamentais na formulação das políticas públicas voltadas à infância no Brasil. A escolha desses documentos se justifica por sua centralidade na definição dos rumos da Educação Infantil brasileira e por evidenciarem as transformações nas concepções de infância, currículo e prática docente ao longo das últimas décadas. A análise dos textos permite identificar avanços, recuos e contradições no tratamento do brincar, que ora é reconhecido como eixo estruturante do currículo e direito inalienável das crianças, ora é instrumentalizado como estratégia pedagógica subordinada à lógica da antecipação escolar e da mensuração de resultados. No RCNEI (Brasil, 1998), o

brincar é apresentado como prática fundamental, embora frequentemente vinculado à ideia de recreação ou como meio para alcançar objetivos de aprendizagem. As DCNEI (Brasil, 2009) representam um avanço importante ao consolidarem o brincar, junto às interações, como eixo estruturante da proposta pedagógica da Educação Infantil, ancorada em uma concepção de criança como sujeito histórico e de direitos. Contudo, com a publicação da BNCC (Brasil, 2017), observa-se uma ambiguidade preocupante: embora o brincar seja mantido como direito e eixo do currículo, sua presença no documento é diluída, aparecendo menos vezes que em versões anteriores e sendo frequentemente associado a habilidades e competências a serem alcançadas. Essa estrutura curricular normativa fragiliza o reconhecimento do brincar como linguagem e expressão própria da infância, ao condicioná-lo ao alcance de metas e ao controle pedagógico. A PNPI (Brasil, 2024), por sua vez, representa uma retomada do brincar como direito e reafirma a necessidade de uma abordagem intersetorial e integrada para as políticas voltadas à primeira infância. O documento estabelece a articulação entre educação, saúde, assistência e proteção, destacando o brincar como dimensão central para o desenvolvimento integral da criança. Ainda assim, os desafios de efetivar esse direito permanecem, sobretudo, diante das desigualdades estruturais, da precarização do trabalho docente e da permanência de visões *escolarizantes* e *adultocêntricas* sobre a infância. Os resultados desta pesquisa evidenciam que o percurso do brincar na legislação educacional revela um campo de disputas e contradições, no qual o reconhecimento do brincar como direito convive com sua recorrente instrumentalização. Se, por um lado, os documentos normativos avançaram ao reafirmar a centralidade do brincar na Educação Infantil, por outro, ainda há tensões quanto à sua efetivação no cotidiano das instituições. Entre sensos e dissensos, a presença do brincar nas políticas públicas reflete tanto avanços significativos quanto retrocessos que o submetem a interesses mercadológicos empresariais. Assim, compreender essas dinâmicas exige um olhar crítico sobre como essas concepções são apropriadas, resignificadas ou negligenciadas nas normativas e práticas institucionais, impactando diretamente as experiências das crianças em sua vida escolar. Concluímos que compreender o percurso do brincar nas políticas públicas brasileiras é compreender também os tensionamentos entre projeto democrático e projeto de controle, entre infância como sujeito e infância como objeto de intervenção. Defender o brincar como



direito é, portanto, um gesto ético e político, que se inscreve nas lutas mais amplas por uma escola pública, plural e comprometida com os direitos humanos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação Infantil. Brincar.

Referências

BRASIL. Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024. Institui a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância – PNPI e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295–316.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ROSA, L. O. da; FERREIRA, V. S. O papel da brincadeira nas versões da BNCC: discursos constituindo saberes na educação infantil. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 62, p. 1-20, e18508, jul./set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n62.18508>. Acesso em: 28 jan. 2025.